

## GESTÃO ESCOLAR E O USO DA AVALIAÇÃO COMO MEIO DE BUSCA DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Lucas Melgaço da Silva <sup>1</sup>  
Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca <sup>2</sup>

### RESUMO

De acordo com a legislação brasileira, o ensino será ministrado tendo como base, principalmente, a garantia de padrão de qualidade. Todavia, entendemos que para isso ser efetivado, é necessário práticas capazes de proporcionar progressos significativos quanto ao desempenho dos alunos. O trabalho ora apresentado se justifica na necessidade de alçar debates acerca da avaliação como pressuposto das práticas de gestão. Objetivamos fazer reflexões sobre o papel do gestor e a importância de suas funções para a garantia da eficiência e eficácia escolar, na melhoria da qualidade da oferta educacional ante as principais sistemáticas avaliativas externas. A metodologia se baseia em estudo bibliográfico de caráter qualitativo. Com esse trabalho, pudemos destacamos que para o alcance do sucesso escolar, se faz necessário que a busca pela qualidade seja uma constante da gestão, independente da instância administrativa – união, estado, município, escola ou até mesmo sala de aula.

**Palavras-chave:** Avaliação, Gestão, Resultados, Educação, Qualidade.

### INTRODUÇÃO

A melhoria da oferta da educação consiste em uma busca constante dos sistemas de ensino, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais. De acordo com o artigo 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, o ensino será ministrado tendo como base, principalmente, a garantia de padrão de qualidade. Esse, só será efetivado através de práticas capazes de proporcionar progressos significativos quanto ao desempenho dos alunos.

Segundo Vidal e Vieira (2010, p.5), essas melhorias são resultados oriundos de fatores associados à “relação escola-comunidade, ambiente organizado e seguro, bom clima escolar, trabalho coletivo, gestão democrática e participativa, liderança do atual diretor, expectativas positivas e metas de aprendizagens definidas”.

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia, Mestre e Doutorando em Educação Brasileira, Linha de Avaliação Educacional, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do Sistema Público Municipal de Maracanaú e da Faculdade Millenium/Fortaleza, lucasmelgaco@alu.ufc.br.

<sup>2</sup> Professor orientador: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1988) com habilitação em administração escolar, Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará -UFC (2003). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará – UFC, isabelfil@uol.com.br.

Podemos observar que o enfoque acima engloba no mesmo contexto gestão, metas e resultados. Com base nesses fatores, o presente trabalho se justifica na necessidade de alçar debates acerca da avaliação como pressuposto das práticas de gestão. Objetivamos fazer reflexões sobre o papel do gestor e a importância de suas funções para a garantia da eficiência e eficácia escolar, na melhoria da qualidade da oferta educacional ante as principais sistemáticas avaliativas externas.

Para tanto, destacaremos um tópico para falar da gestão de resultados na escola pública e outro para refletir sobre avaliação educacional, debruçando-nos sobre as principais sistemáticas em larga escala desenvolvidas no Brasil e pontuar e do contexto cearense – visto ter sido um dos primeiros estado a adotarem políticas de avaliação de sistema – destacando a necessidade do uso gerencial de seus resultados para a melhoria dos patamares qualitativos de aprendizagem.

Nessa perspectiva, ressaltamos o papel da avaliação, seja ela de caráter interno ou externo, como meio para efetivar os objetivos educacionais ante o planejamento e execução de ações que direcionam as atividades a serem conduzidas pela gestão escolar.

## **METODOLOGIA**

O trabalho ora apresentado possui metodologia de caráter qualitativo por meio de estudo bibliográfico. Enquanto qualitativa, apresenta-se com o objetivo de dar significado e importância a um determinado conhecimento ou fenômeno social, por meio de sua aplicabilidade. Assim, diminui-se a distância entre o teórico e o prático, facilitando a compreensão de conceitos subjetivos (MAANEN, 1979 *in* NEVES, 1996). É relevante ressaltar que essa natureza de pesquisa

[...] é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso inclui o desenvolvimento de descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, pessoal e teoricamente, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas. (ROSSMAN; RALLIS, 1998; WOLCOTT, 1994 *apud* CRESWELL 2007, p. 186)

Quanto a pesquisa bibliográfica, vale-se de “estudo direto em fontes científicas” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Possui como principal objetivo “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 183), sendo de essencial importância ao pesquisador no “reforço

paralelo nas análises de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”. (TRUJILLO, 1974, p.230 *apud* MARCONI E LAKATOS, 2003, p.183)

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Gestão de resultados na escola pública**

Estudos e pesquisas realizados em todo o Brasil têm demonstrado um enfoque especial sobre a gestão democrática e participativa. Em épocas mais recentes e, sobretudo no contexto das avaliações externas, têm apontado também para os aspectos relevantes a uma gestão de resultados, contribuindo para uma aprendizagem efetiva e significativa dos alunos. Segundo Lück (2009, p. 23):

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

Dessa forma, as ações da gestão escolar necessitam estar em consonância com as diretrizes e políticas educacionais que norteiam o projeto político pedagógico das escolas, haja vista que a mobilização e articulação das condições materiais e humanas existentes nas unidades de ensino, promoverá os avanços necessários capazes de alcançar os resultados satisfatórios de aprendizagem.

Quando falamos em gestão e resultados surge-nos diversas preocupações em relação a avaliação (ou testes advindos externamente a escola), todavia, anteriormente ao que se pretende discutir nesse texto, devemos alertar que esta

é uma categoria intrínseca do processo de aprendizagem. Não pode ser separada dele como se pretende com as avaliações centralizadas. Ela só tem sentido dentro da própria organização do trabalho pedagógico do professor. Há, portanto, que se reestabelecer a confiança no professor e na escola, tão abalada pelas políticas liberais. A avaliação deve ser feita pelo e para o professor/aluno e só, secundariamente, deve ser um “dado” para o sistema (FREITAS, 2003, P. VIII)

É cogente que gestão escolar envolva áreas e dimensões capazes de tornar possíveis os projetos, ações e estratégias que contribuam para a formação e aprendizagem de seus alunos. Dentre essas, pode-se perceber as práticas democráticas e participativas que se constroem no trabalho coletivo e vem sendo uma exigência da sociedade atual. Também faz-se necessário

que uma gestão esteja voltada para a prática de bons relacionamentos, que culmine com a garantia do acesso e participação de todos. Sobre isso, vale destacar o que reverbera Cortella (2008, p.15)

A qualidade na educação passa, necessariamente, pela quantidade. Em uma democracia plena, quantidade é sinal de qualidade social e, se não se tem a quantidade total atendida, não se pode falar em qualidade. Afinal, a qualidade não obtém por índices de rendimento unicamente em relação àqueles que frequentam escolas, mas pela diminuição drástica da evasão e pela democratização do acesso. Não se confunda qualidade com privilégio; em uma democracia plena, só há qualidade quando todos e todas estão incluídos; do contrário, é privilégio.

Além de assumir a sua função democrática e participativa, a escola deve ser capaz de assumir o gerenciamento de suas dimensões, quais sejam: pedagógica, de pessoas, de materiais e patrimônio, financeira, entre outras. Ademais, acompanhar, monitorar e avaliar ações cujo fim seja sempre melhorar a oferta do ensino como pressuposto da garantia da aprendizagem dos alunos. Em paralelo a isso, o vislumbre dos resultados e desempenhos nos indicadores municipais, estaduais e nacionais.

Atualmente vê-se a instituição educativa como uma organização em que o gestor executa tarefas voltadas à aplicação de recursos e prestação de contas, o que acaba por reduzir o real sentido dessa função. Esses recursos possuem seu grau de importância, todavia, para além disso, não se deve esquecer que a escola precisa lidar com resultados e cumprir sua principal função que é a oferta de uma educação voltada à promoção da cidadania, considerando valores humanos indispensáveis a vivência em sociedade.

### **Reflexões sobre avaliação educacional**

Nos dias atuais, percebe-se que o uso da avaliação na educação é frequente. Consoante Vianna (2000, p. 25), é associada apenas à mensuração do rendimento escolar, processo estritamente burocrático. Para Libâneo (2012, p. 264), “na tradição e no cotidiano das escolas, a medição tem sido mais valorizada do que a avaliação – tanto que muitos alunos estudam para tirar nota, e não para aprender”.

Podemos perceber a presença da avaliação em todos os setores da sociedade: judiciário, econômico, civil, administrativo, tributário, político, cultural, comercial, educacional. Consoante Vianna (2000), ela acompanha o ser humano desde sua existência. Este, mesmo que inconsciente, a todo momento, observa, compara e julga, ou seja, procede a

uma avaliação. Entretanto, devemos entender que seu fim está sujeito ao meio ao qual se posta e ao objetivo de sua utilização. Neste artigo, o educacional.

No campo da educação a avaliação deve ser considerada como elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem. Assumida como parte integrante e instrumento de auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. Diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar. (BRASIL, 1997, p. 42)

Em seu caráter interno, alude à ação realizada pelo próprio professor da sala de aula, sem eximir a observância do coordenador pedagógico. Pode ser efetivada por meio de variados instrumentos, dentre estes: teste com itens de múltipla escolha, dissertativos ou mistos; seminários; trabalhos de produção escrita ou orais, individuais ou coletivos; relatórios; feiras ou mostras científicas e literárias; pesquisas de campo, dentre tantos outros, motivados pelo objetivo de compreender como e o que o aluno aprende.

Uma das características mais importantes desta avaliação é que o avaliador é, ao mesmo tempo, o responsável direto pelo processo que vai avaliar. É o próprio professor que trabalha com os alunos quem os avalia: não uma pessoa qualquer, ou um técnico especializado. Isto implica que pensemos a avaliação em sala de aula como uma atividade contínua e integrada às atividades de ensino, algo que é decorrente destas atividades, inerente a elas e a seu serviço (GATTI, 2003, p.99).

Já considerando seu papel externo, antes de ser aplicada e depois que passa esse processo, a avaliação se organiza e estrutura fora do contexto escolar, na intenção de não sofrer influências nos resultados e se aproximar da realidade de forma neutra. Na maioria das vezes, é censitária e avalia sistemas de ensino. Como objetivos, busca desenvolver, formular e reestruturar políticas públicas para melhoria da educação.

Vale ressaltar a ideia de que, mesmo com métodos e conceitos aparentemente distintos, as avaliações de perfil externo e de feição interna se complementam, considerando-se seus objetivos centrais, que são as transformações educacionais, de modo a garantir o aperfeiçoamento e a qualidade da oferta de ensino, assim como a melhoria da aprendizagem.

### ***As avaliações externas nacionais e estaduais desenvolvidas no Ceará***

Há vários fatores associados ao desempenho dos alunos. Os elementos intra-escolares, principalmente as práticas pedagógicas, devem sobrepor-se, minimizando os entraves que

impedem os alunos de aprender. Todavia, existem aqueles externos, mas que ponderam significativamente no desempenho dos estudantes.

Uma das principais dificuldades observadas no contexto escolar é o entendimento, por parte de seus atores (gestores, professores, alunos e suas famílias), acerca do que são, como se organizam, e para que servem as avaliações externas aplicadas anualmente e sua relação com os processos educacionais. Ainda, que somente a aplicação em si não dá conta do que elas se propõem. Os resultados precisam ser conhecidos e refletidos por todos, de modo a identificar o que os influenciam, buscando soluções focadas na melhoria dos indicadores.

Nesta sessão abordaremos as principais avaliações desenvolvidas atualmente no Estado do Ceará e em seguida pontuaremos o papel da gestão escolar no gerenciamento dos resultados destas e a influência na melhoria da aprendizagem do alunado. Vejamos.

- **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado em 1990 com a finalidade de avaliar a educação básica, de modo a diagnosticar a qualidade do ensino ofertado pelo sistema educacional brasileiro no que tange à oferta, bem como os fatores que possam interferir no desempenho dos alunos. Atualmente o Saeb é composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC – Prova Brasil) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

**Figura:** Organograma do SAEB



**Fonte:** <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>

Dentre tantas possibilidades, o SAEB busca contribuir para a melhoria da qualidade educacional e para a universalização do acesso à escola. Logo, oferece informações que propiciam a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas à educação básica, oferecendo dados e indicadores que permitem a compreensão dos fatores que influenciam o comportamento dos educandos nas disciplinas e anos avaliados.

- **Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB)**

A Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) envolve, de maneira amostral, educandos dos sistemas públicos e privados do país, matriculados no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. O objetivo dessa sistemática é avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira.

- **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC – Prova Brasil)**

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) é uma avaliação censitária que envolve os alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas, visando avaliar a qualidade do ensino. Os resultados servem de subsídio para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB<sup>3</sup>).

- **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) possui caráter externo, universal e censitário. Tem como objetivo diagnosticar o domínio das habilidades dos alunos das escolas públicas municipais ao final do 3º ano do Ensino Fundamental – final do ciclo de alfabetização – em língua portuguesa e matemática. A ANA foi criada em 2013 e integra as ações desenvolvidas no âmbito do Pacto Nacional pela alfabetização (PNAIC<sup>4</sup>).

Os instrumentos avaliativos da ANA, assim como as sistemáticas anteriores, são construídos com base em matrizes de referências. Ainda, são aplicados questionários contextuais aos professores e gestores que abordam as condições de oferta do ensino nas unidades escolares, além da coleta de dados informados no Censo da Educação Básica, realizados a cada ano.

As três avaliações acima mencionadas integram o SAEB, sendo a ANEB e a ANRESC aplicadas a cada dois anos e a ANA, anualmente.

- **Provinha Brasil**

A Provinha Brasil é uma avaliação promovida pelo Governo Federal em parceria com os governos das demais esferas administrativas e algumas instituições educacionais. Ela possui caráter diagnóstico e é aplicada, em âmbito nacional, nas turmas de 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas, duas vezes ao ano: uma de entrada e outra de saída, sempre

---

<sup>3</sup> O IDEB surgiu em 2007, com série de resultados a partir das avaliações realizadas em 2005. Foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e diz respeito à criação de um indicador a partir de dois conceitos importantes para a qualidade educacional, a saber: o fluxo escolar, com informações sobre aprovação e reprovação colhidas no Senso Escolar e médias de desempenho nas avaliações externas. Para o país e unidades da federação utilizam-se resultados do Saeb, para os municípios, a Prova Brasil.

<sup>4</sup> O PNAIC trata-se de um programa desenvolvido pelo governo federal e possui como objetivo alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico.

no início e final do período letivo, respectivamente (BRASIL, 2017). Propõe averiguar o desempenho dos alunos referentes à língua portuguesa e à matemática que, por no mínimo de um ano, foram submetidos ao processo de alfabetização<sup>5</sup>.

- **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE e SPAECE-Alfa (2º ano))**

O SPAECE é uma avaliação externa e censitária, aplicada anualmente ao 2º (SPAECE-Alfa), 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, das escolas públicas estaduais e municipais do Ceará. As provas elaboradas em decorrência dessa avaliação englobam conhecimentos acerca da matemática e língua portuguesa, porém, no SPAECE-Alfa, é abordado apenas língua portuguesa.

Ademais, os indicadores dessa avaliação servirão para composição do Índice de Qualidade da Educação (IQE<sup>6</sup>).

- **Provinha do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Mais PAIC)**

A Provinha PAIC é uma avaliação universal e censitária que surgiu por ocasião da implantação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)<sup>7</sup> e possui como objetivo avaliar, de maneira diagnóstica, as aprendizagens dos alunos que compõem o 2º ano, e que serão beneficiados pelas ações do programa durante todo o ano letivo. Em virtude da criação do Programa PAIC+, posteriormente Mais PAIC, as turmas de 3º, 4º e 5º ano também passaram a integrar essa avaliação.

Por tratar-se de uma avaliação diagnóstica, essa prova busca proporcionar aos professores, gestores escolares, secretaria de educação e demais interessados, indicadores de níveis de alfabetização nos quais se encontram as crianças que servirão de base para a condução do trabalho docente, de modo a promover a regulação da aprendizagem.

O conhecimento sobre as avaliações acima mencionadas torna-se necessário às ações de gestão desenvolvidas dentro da escola, todavia, como dito anteriormente, é imperioso o

---

<sup>5</sup> Alegando cortes orçamentários, no segundo semestre de 2016, o Governo Federal, disponibilizou a versão da prova apenas em formato online, cabendo aos municípios imprimi-las ou não. Ainda, a disponibilização foi suspensa a partir de 2017, até que se tenha reformulado as matrizes de referência ante a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

<sup>6</sup> O IQE, aferido por meio dos resultados do SPAECE e SPAECE-Alfa, possui como base indicadores de nível e melhoria da qualidade do ciclo inicial da Educação Básica – 5ª série do Ensino Fundamental de 9 anos (EF) – e indicadores de alfabetização nos anos iniciais da educação formal - 2ª série do EF. “Justifica-se a utilização desses indicadores na criação do IQE pelo fato que as raízes dos principais problemas educacionais brasileiros serem relacionadas à qualidade do ensino e da alfabetização nas escolas públicas”. (CEARÁ, 2008, p. 4).

<sup>7</sup> Programa de cooperação desenvolvido no Estado do Ceará e que possui como principal objetivo alfabetizar todos os alunos dos sistemas públicos municipais de ensino do estado até os sete anos de idade.

bom gerenciamento dos resultados destas para a potencializar a melhoria da aprendizagem do alunado, assunto a ser abordado a seguir.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O uso gerencial das avaliações externas ante as dimensões da gestão**

O sucesso ante as avaliações externas perpassa por uma série de fatores que vão desde o entendimento e clareza dos reais objetivos destas para o processo de ensino-aprendizagem à participação efetiva de 100% dos atores educacionais. Para tanto, um dos pontos que deve ser considerado e perpassa as ações da gestão é a mobilização da comunidade escolar (pais, professores e funcionários) para garantir a presença ativa dos alunos.

É um momento em que requer maior desprendimento do trabalho coletivo em prol de um bem maior que é a elevação dos indicadores educacionais (IDEB e IQE), tanto da escola como do município. Assim, é possível mostrar, de forma fidedigna, o trabalho desenvolvido no decorrer do ano letivo. No contrário, poderá acarretar consequências negativas acerca da efetivação do papel social da escola por ela mesma.

Não importa somente garantir a totalidade de participação dos alunos, nas avaliações, urge, principalmente, a garantia do aprendizado, pois este é o principal motivo da existência da instituição escolar. E nesse sentido, considerando o atual contexto brasileiro, há uma disparidade grandiosa em nossa realidade.

Nesse ínterim, acerca dos desprendimentos da gestão de resultados, urge a necessidade da escola obter elevação dos seus índices de desempenho educacional, considerando os resultados observados nos anos anteriores. No caso desse estudo, referendados pela média do IDEB e do IQE e ponderados pelos resultados na Prova Brasil e no SPAECE, respectivamente.

É importante salientar que algumas ações devem ser consideradas pela escola – antes durante e depois desse processo – quais sejam: reformulação periódica do Projeto Político Pedagógico; constante reestruturação das propostas pedagógicas; definição clara dos critérios avaliativos; implantação de estratégias de recuperação paralela; o tempo destinado ao planejamento das atividades pedagógicas; realização de avaliações institucionais; planejamento de ações coletivas; elaboração de projetos interdisciplinares; realização de reuniões de planejamento e avaliação; planejar constantemente e atingir o atendimento dos

alunos em tempo integral; experiências e necessidades individuais dos alunos; divulgar junto à comunidade os resultados alcançados nas avaliações e nos indicadores e planejar ações de melhorias a curto, médio e longo prazo; dentre outras.

Todavia, destaca-se, mais uma vez, que além do acompanhamento e visualização do crescimento e dos índices de desempenhos, é indiscutível que haja preocupação com os resultados concernentes às aprendizagens dos estudantes.

Para que essas duas vertentes sigam lado a lado, a avaliação deve ser considerada, ao lado de diversos outros fatores, primordial ao alcance da qualidade. Deve ser entendida como elemento orientador das práticas de gestão e da ação docente ante o processo de ensino-aprendizagem, eximindo-se de seu aspecto meramente burocrático, limitado à atribuição de notas e conceitos, pois, com afirma Lück (2012, p. 96) “é importante reconhecer que tudo que acontece na escola e faz parte da comunidade escolar tem repercussão direta ou indireta com a aprendizagem e formação dos alunos, incidindo sobre sua efetividade”.

Na busca de excelência a gestão deve unir forças no sentido de tornar todos os parceiros sensíveis as essa questões voltadas à qualidade do trabalho educacional e fundamental à melhoria dos resultados. É mister que o gestor esteja atento, a fim de que, em parceria com a comunidade escolar, proponha intervenções com eficiência e eficácia, por meio de ações concretas capazes de promover transformações no ensino-aprendizagem. Quanto a essa questão, Lück (2009, p. 55) afirma que “por melhores que sejam os processos de gestão escolar, pouco valor terão, caso não produzam resultados efetivos de melhoria da aprendizagem dos alunos”.

Em vista disso, e vislumbrando sempre a busca pela qualidade, o gestor deve estar ciente de que as ações que acontecem na escola (palestras, projetos, culminâncias...) devem estar voltadas ao desenvolvimento de seu trabalho, do trabalho pedagógico do professor e, principalmente, verificar se esses eventos estão associados à qualidade do ensino e sucesso dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O maior compromisso político de uma sociedade deve ser a garantia do direito à educação, principalmente das classes menos favorecidas. É por meio dela que se vislumbra possibilidades de mudanças culturais e sociais. Acreditando nesse impacto exercido sobre a vida das pessoas – melhorando a qualidade de vida – é que diversos municípios brasileiros

têm dedicado atenção às políticas, em especial as de avaliação, voltadas à melhoria do ensino de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Considerando que esse trabalho pauta em seu objetivo o papel da gestão escolar no contexto das avaliações externas para a melhoria da qualidade da educação, podemos afirmar que o ato de avaliar se faz para todas as partes – gestor, professor, aluno e família – instrumento indispensável do processo de ensino-aprendizagem, seja para regulação da prática mediante o aprendizado, seja para a elaboração do aprendizado mediante a regulação da prática, em que sujeitos se completam na busca da superioridade nos indicadores e resultados educacionais, ante a melhoria da qualidade da oferta do ensino e do próprio conhecimento.

Para que os alunos, juntamente com todo o sistema de ensino, alcancem o sucesso escolar, se faz necessário que a busca pela qualidade seja uma constante da gestão, independente da instância administrativa – união, estado, município, escola ou até mesmo sala de aula. Assim, os bons resultados das avaliações, tanto interna como externa, poderão ser compreendidos de forma inerente às práticas pedagógicas escolares.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 107-126, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n70/v19n70a07.pdf>>. Acesso em 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** (Lei n. 9394/96). Brasília-DF. 23/dez/1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Provinha Brasil: Guia de Correção e Interpretação dos Resultados**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/provinha\\_brasil/kit/2016/guia\\_correcao\\_interpretacao.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/kit/2016/guia_correcao_interpretacao.pdf)>. Acesso em julho de 2018.

CORTELLA, Mauro Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Prefácio da edição brasileira. *In*: BECHI, Egle & BONDIOLI, Anna. (Org.) **Avaliando a Pré-escola**: uma trajetória de formação de professores. Campinas – SP: Autores Associados, 2003.

GATTI, Bernadete A. O professor e avaliação em sala de aula. *In*: **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, n.27. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

\_\_\_\_\_, Heloísa. 2012. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Petrópolis: Vozes.

MARCONI. M. A., LAKATOS. E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

NEVES, J. L.. **Pesquisa qualitativa** - Características, usos e possibilidades. Cadernos de pesquisas em administração: São Paulo, V.1, Nº. 3, 2º SEM, 1996 *In* MAANEN, J. V.. **Reclaiming qualitative and quantitative methods for organizational research: a preface**, *In Administrative Science Quarterly*, vol. 24, Nº. 4, Dezembro, 1979. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em jan. de 2019.

SILVA, Lucas Melgaço da. **Avaliações em larga escala na alfabetização**: contextos no ensino público de um município do estado do Ceará. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAED). **Guia de elaboração de itens**: matemática. Juiz de Fora: CAED-UFJF, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche, VIDAL, Eloísa Maia. Gestão e sucesso escolar: visão de diretores versus indicadores. *In Congresso Ibero-Luso-Brasileiro*, Anpae. 2010. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/108.pdf>>. Acesso em mar. de 2018.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação educacional**: teoria, planejamento e modelos. São Paulo: Ibrasa, 2000.